SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/01/2015 - Telesíntese

Brasil encerra 2014 com 280,73 milhões de acessos móveis, 6,76 milhões 4G

Participação de mercado das quatro maiores operadoras do país ficou praticamente inalterada no ano. Nextel atrai duas vezes mais clientes que a Oi entre janeiro e dezembro.

O Brasil fechou dezembro de 2014 com 6,76 milhões de acessos móveis LTE (de quarta geração), o que representa um crescimento de 416,55% em relação a dezembro de 2013, quando havia 1,31 milhão de linhas ativas de 4G.

Somando os acessos de todas as tecnologias, o mercado nacional terminou o ano com 280,73 milhões de linhas ativas na telefonia móvel – um crescimento de 3,55% em relação a dezembro de 2013 – e teledensidade de 137,96 acessos por 100 habitantes. No décimo segundo mês de 2014, os acessos pré-pagos totalizavam 212,93 milhões (75,85% do total) e os pós-pagos 67,80 milhões (24,15%).

A quantidade e a participação percentual dos acessos 2G (GSM e CDMA) vêm sofrendo redução constante. Somadas, as duas tecnologias perderam 31% do mercado, terminando o ano com 121,4 milhões de acesso. O 3G continuou a crescer, cerca 48% nos 12 meses, atingindo 144,6 milhões de conexões, superando o 2G como principal tecnologia de acesso no país.

Competição

Quando o assunto é penetração de mercado, o cenário parece estático. Vivo, TIM, Claro e Oi, nesta ordem, apresentam as maiores fatias, cujas proporções pouco diminuíram. Elas possuem, respectivamente, 28,47%, 26,97%, 25,33%, e 18,14% do mercado.

Em número de usuários, todas ganharam clientes ao longo do ano. A Vivo contraiu 2,19 milhões de clientes entre janeiro e dezembro. A TIM conquistou 2,17 milhões. A Claro, 2,07 milhões. A Oi atraiu 482 mil usuários. Enquanto a Nextel recebeu 1,10 milhão de novos clientes, sendo, proporcionalmente, a empresa que mais ampliou sua base de usuários, que se multiplicou em 190%.

01/02/2015 - Instituto Telecom

TCU suspende licitação de R$ 1,2 bilhão para comunicação de dados dos Correios

O Tribunal de Contas da União suspendeu cautelarmente uma licitação de R$ 1,2 bilhão dos Correios para a compra de serviços de comunicação por meio de circuitos de dados. A licitação foi vencida no final do ano passado pela BT Brasil Serviços de Telecomunicações, que já provia o serviço aos Correios. A íntegra do despacho do ministro TCU Bruno Dantas não está pública já que o processo tem confidencialidade restrita, mas analisando as manifestações que foram feitas durante a licitação eletrônica por parte da segunda colocada, a Embratel, é possível ver o que pode ter sido a base da decisão do TCU.

Leia mais em:

http://www.institutotelecom.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6497%3Atcu-suspende-licitacao-de-r-12-bilhao-para-comunicacao-de--dados-dos-correios&catid=1%3Alatest-news&lang=pt

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/01/2015 - Telesíntese

Oi cancela distribuição de dividendos

Em comunicado divulgado ontem à noite a concessionária brasileira Oi anunciou o cancelamento da distribuição de dividendos para o período de 2013 a 2016, cancelando assim a decisão de seu conselho de administração anunciada em 13 de agosto do ano passado, quando o conselho estimou pagamento de R$ 500 milhões em dividendos relativos a este período. Esta decisão foi anunciada após o presidente da empresa ter se reunido com o ministro das Comunicação, Ricardo Berzoini, e ter afirmado ao Tele.Síntese que este seria um ano "desafiador".

Em comunicado divulgado ontem à noite a concessionária brasileira Oi anunciou o cancelamento da distribuição de dividendos para o período de 2013 a 2016, cancelando assim a decisão de seu conselho de administração anunciada em 13 de agosto do ano passado, quando o conselho estimou pagamento de R$ 500 milhões em dividendos relativos a este período. Esta decisão foi anunciada após o presidente da empresa ter se reunido com o ministro das Comunicação, Ricardo Berzoini, e ter afirmado ao Tele.Síntese que este seria um ano "desafiador".

Na época do comunicado sobre os dividendos, a Oi informava que este valor era o mínimo necessário para pagar os dividendos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou 3% do patrimônio líquido ou 6% do capital social, o que for maior. Para os acionistas – principalmente os minoritários – esta notícia não é nada agradável, pois além de as ações caírem continuamente, deixam de receber o que havia sido prometido. Mas, no longo prazo, a empresa fica melhor protegida, pois esses recursos podem ser canalizados para a ação estratégica da empresa.

A altíssima dívida da Oi (mais de R$ 45 bilhões) e a sua grande dificuldade de investir em novos negócios e modernização da rede é motivo de forte preocupação da Anatel. As negociações dos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) que vão transformar as fortes e pesadas multas da operadora em novos investimentos em áreas não rentáveis estavam muito difíceis de serem negociadas, quando a agência entendia não haver interesse por parte da concessionária. Mas agora, tudo indica que o novo presidente tomou as rédeas da situação e o cancelamento desta distribuição de dividendos é um bom sinal para o governo, e mesmo para a empresa.

As ações da Oi caíram muito ontem, e hoje abrem a bolsa também em queda. As ações da PT, sócia da Oi, também têm queda de 5,7%.

30/01/2015 - Telesíntese

Oi demite mais 120 em Lisboa, segundo imprensa portuguesa

Operadora prefere não comentar. Corte seria o segundo feito em Portugal este ano.

A Oi demitiu 120 pessoas e encerrou as atividade de um call center localizado em Lisboa, de acordo com o site português Observador. Citando o Sindicado Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual, o portal diz que parte dos trabalhadores também eram de backoffice e frontoffice.

No começo do mês, já havia circulado notícia de corte de 170 pessoas, também nas mesmas áreas. Dispensas estas que levaram o sindicato a convocar uma parada de 1 hora no dia 23 de janeiro. A operadora brasileira afirma que não irá comentar o assunto, nem se os funcionários pertenciam a empresa terceirizada, contratada para prestar serviços de atendimento no país.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/01/2015 - Instituto Telecom

TV paga: base cresce abaixo do esperado e inadimplência acende sinal amarelo

De acordo com dados divulgados pela Anatel, nesta quinta-feira, 29/01, o Brasil encerrou dezembro com 19,58 milhões de acessos de TV paga, redução de 226,6 mil acessos na comparação com novembro. Na comparação com dezembro de 2013, houve adição de 1,56 milhão de acessos, segundo ainda as informações da agência reguladora, o equivalente a um crescimento de 8,7% ano contra ano, abaixo da projeção que estimava um impulso acima de dois dígitos.

A América Móvil, que controla Claro, Embratel e NET, permaneceu na liderança do mercado, com 51,99% de participação, frente a 53,01% em novembro. Em segundo ficou a Sky/DirecTV, comprada pela AT&T, com 28,81%, frente a 28,48%..

Em terceiro ficou a Oi, com 6,65% (6,08% em novembro). A GVT - comprada pela Telefónica, controladora da Vivo, aparece com 4,5% de participação, frente a 4,4% em novembro. A Telefônica Brasil ficou em quinto, com 3,93%, perto de 3,84% em novembro.

No consolidado do ano, a América Móvil registrou a maior queda, de 53,61% para 51,99%, mas ainda registrou uma liderança muito folgada. A SKY/Directv caiu um ponto percentual, se mantendo na segunda posição, mas longe da rival mexicana. A Oi, mesmo com os problemas com a fusão com a PT, ganhou mercado, passando de 4,60 um ano atrás para 6,65% este ano. A GVT subiu pouco, de 3,76 para 4,5%, enquanto a Telefônica Brasil passou de 3,3% para 3,93%.

A Anatel informou que os números da América Móvil foram afetados pela queda da base de assinantes da Claro TV em dezembro de 2014. A operadora informou que a queda ocorreu devido à retirada de clientes inadimplentes de sua base. Se 2014 não foi como o esperado, 2015 começa com o fantasma da indadimplência batendo à porta. Segundo daodds do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) reporta que os consumidores começam a atrasar o pagamento de serviços de telefonia, acesso à Internet e TV por assinatura.

De acordo com o indicador calculado pelo SPC e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), enquanto a inadimplência total no país vem desacelerando, a quantidade de contas atrasadas no setor de telecom avançou 16,21%, a maior alta em 24 meses.

O destaque da inadimplência de pessoas físicas com empresas de telefonia, Internet e TV por assinatura foi na região Norte, onde o crescimento foi mais expressivo: 37,42%. Em segundo lugar aparece a região Nordeste (21,24%), seguida pelas regiões Sudeste (14,49%), Sul (11,47%) e Centro-Oeste (9,88%).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/01/2015 - Carta Capital

Desemprego cai para o menor índice da história

A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE mostra ainda que, em 12 anos, 4,4 milhões de trabalhadores entraram no mercado formal

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado nesta quinta-feira 29 indica que o percentual médio de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado em relação à população ocupada (incluindo os trabalhadores informais) aumentou em 12 anos 19,9 pontos percentuais, passando de 39,7% em 2003 (7,3 milhões), para 59,6% em 2014. Houve, no período, acréscimo de 4,4 milhões de empregados formais no conjunto de trabalhadores. Dados também revelam as menores taxas de trabalhadores desocupados (sem emprego) de toda a série histórica.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Emprego e indicam que de 2013 para 2014 o número de trabalhadores com carteira assinada passou de 50,3% (11,6 milhões) para 50,8% (11,7 milhões).

Em dezembro de 2014, segundo o IBGE, havia 11,807 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, apresentando estabilidade no mês e no ano.

Os números mostram que a taxa média de desocupação (população sem emprego) também teve forte queda na última década: em 2003 a taxa média de ocupação de janeiro a dezembro havia sido 12,4%, diferença de 7,5 pontos percentuais. A taxa de desocupação do mês de dezembro de 2014 foi 4,3%, mesmo resultado de dezembro de 2013. A taxa média de desocupação do ano fechou em 4,8%. Em novembro de 2014, a taxa havia fechado em 4,8%, enquanto a média anual de janeiro a dezembro de 2013 havia fechado em 5,4%.

A pesquisa indica que, em 2014, a média anual da população desocupada foi estimada em 1,176 milhão de pessoas, percentual 54,9% menor que o de 2003, quando a média anual havia sido de 2,608 milhões. Quando comparada a 2013, a queda no número de pessoas desocupadas foi 10,8%: 1,318 milhão pessoas.

Em dezembro de 2014, a população desocupada nas seis regiões pesquisadas (1,051 milhão) recuou 11,8% em relação a novembro (1,192 milhão) e 0,9% quando comparada a dezembro de 2013 (1,061 milhão). Por outro lado, a pesquisa do IBGE constatou que a média anual da população ocupada nas seis regiões pesquisadas em 2014 foi estimada em 23,087 milhões de pessoas, recuando 0,1% em relação a 2013, quando este contingente era 23,116 milhões.

A Pesquisa Mensal de Emprego é feita pelo IBGE nas regiões metropolitanas do Recife, de Salvador, de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro, de São Paulo e Porto Alegre.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/02/2015 - Portal Vermelho

Vulnerabilidade externa: o Brasil melhor do que no passado

Entre janeiro de 2002 e outubro de 2014 houve acúmulo exponencial de reservas internacionais (de US$ 37 bilhões para US$ 376 bilhões). A relação de passivos dolarizados sobre os ativos externos passou de 2,3% para 0,8%. Em outras palavras, hoje, as disponibilidades externas superam, em valor, os passivos em moeda estrangeira.

No último dia 16 de dezembro, o dólar comercial atingiu R$ 2,74 – o maior patamar dos últimos nove anos. Fechou 2014 em R$ 2,66, em desvalorização no ano de 13% e nada menos do que 60% ao longo de todo o primeiro mandato de Dilma.

A tendência recente de valorização do dólar frente a moedas periféricas, incluindo o Real, tem motivos que fogem do escopo dessa nota. É possível argumentar, no entanto, que independentemente dos fatores internos às economias, a saída de capitais dos países de moeda inconversível está, ao menos em parte, relacionada à divulgação de dados econômicos sobre recuperação dos Estados Unidos.

As incertezas acerca da normalização da política monetária americana, com possível elevação dos juros pelo FED e valorização do dólar, contribuem para um movimento de substituição de ativos de maior risco pelo dólar no portfólio dos investidores internacionais. Nesse cenário, fica clara a suscetibilidade dos países periféricos aos ciclos internacionais de liquidez.

Quais seriam, então, os efeitos de uma reversão generalizada no fluxo internacional de capitais, exogenamente determinada, sobre o cenário financeiro e macroeconômico brasileiro? Esse artigo argumenta que as condições de vulnerabilidade externa da economia brasileira estão muito mais sólidas quando comparadas a 2002 e consideradas numa perspectiva histórica.

O Gráfico ilustra a mudança na composição dos passivos externos da economia brasileira de 2002 até o segundo semestre de 2014. Os investimentos diretos estrangeiros (IDEs), modalidade mais estável de financiamento, elevaram sua participação de 33% para 48%. Em contrapartida, os investimentos em carteira reduziram sua participação de 41 % para 38%, e a cifra "outros investimentos", composta basicamente por empréstimos bancários, foi reduzida de 26% para 13%. Portanto, do ponto de vista da composição relativa, a situação é melhor que a de 2002.

Em termos absolutos, porém, o valor dos investimentos em carteira excede o valor das reservas internacionais (US$ 600 bilhões contra US$376 bilhões), despertando preocupações sobre a sustentabilidade financeira numa eventual reversão do ciclo internacional de liquidez.

Nesse sentido, torna-se importante analisar em quais moedas estão denominados os compromissos financeiros.

A linha pontilhada no gráfico representa a parcela dos passivos que está denominada em dólar. Essa parcela passou de 75,1%, no terceiro trimestre de 2002, para 38,3% no segundo trimestre de 2014.

A consequência prática dessa mudança na denominação monetária dos passivos externos é que, diante de uma desvalorização do câmbio, os compromissos externos totais se encolhem.

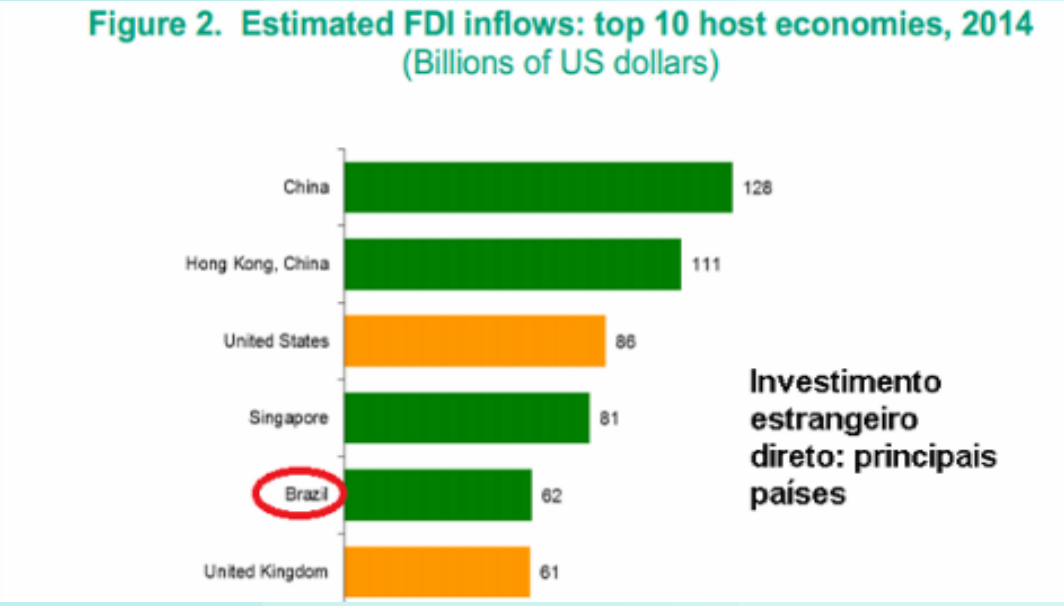
Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/257904-2

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

01/02/2015 - Portal Vermelho

Brasil avança e fica em 5º no ranking mundial de investimentos

Enquanto a nossa imprensa usa carga total para pintar a nossa economia com tintas negras, o mundo continua acreditando no Brasil.



Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), divulgado ontem, o Brasil galgou duas posições, passando de sétimo para o quinto país que mais recebeu investimentos estrangeiros diretos, no ranking mundial.

O Brasil recebeu US$ 62 bilhões em 2014, queda de 3% sobre o ano anterior. Na média mundial, porém, a queda foi de 8%.

O Brasil ficou à frente de todos os países europeus.

Apenas China (continente e Hong Kong), EUA e Cingapura ficaram à nossa frente.

Para fazer uma citação culta: "Se isso é tá na pior, porran!"

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/258097-2

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/01/2015 - 30/01/2015

Taxação de fluxos internacionais de capital é imprescindível para a redução da miséria

A crise de 2008 impôs sofrimento, pobreza e destruiu 60 milhões de empregos. Em 2009, governos gastaram US$ 11 trilhões para evitar prejuízos a bancos. E em breve 1% da população do mundo terá mais recursos do que os outros 99%

Entre 28 e 29 de janeiro, a cidade de São José, capital da Costa Rica, reuniu a terceira cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), cujo tema principal foi a luta contra a pobreza. Coincidentemente para os mesmos dias, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) divulgou relatório informando que a pobreza na região permanece estagnada em 28,1% da população desde 2012, após mais de uma década de redução acentuada.

No ano passado, 167 milhões de latino-americanos e caribenhos encontravam-se na situação de pobreza. Para o caso brasileiro, a pobreza teria caído de 18,6% para 18% da população nos últimos dois anos, segundo a Cepal.

Neste contexto, convém lembrar que uma das principais evidências recentes do processo assimétrico da globalização tem sido o crescimento do poder do setor privado, por meio das grandes corporações transnacionais e dos novos ricos de classe mundial. Segundo estudo da Oxfam divulgado recentemente, o mundo deverá entra em 2016 com 1% mais rico da população do planeta, estimado em 37 milhões de pessoas, concentrando mais dinheiro do que os outros 99% juntos dos habitantes da terra.

Essa brutal centralização do capital por intermédio das grandes corporações financeiras e não financeiras decorre de suas operações cada vez mais de dimensões globais frente a sistemas de regulações públicas, quase que exclusivamente locais, em conformidade com as normatizações originárias do contexto mundial do segundo pós-guerra mundial. Ademais, o predomínio das políticas neoliberais levou ao apequenamento do papel do Estado nacional que ocorreu paralelamente ao crescimento do poder da grande corporação transnacional e à diminuição da governança pública mundial representada pelo sistema das Nações Unidas constituído desde o segundo pós-guerra (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, entre outras).

A crise econômica de dimensão global desde 2008 recolocou novamente em questão as exigências de um novo sistema de regulação mundial, pois do contrário, os riscos de crises permanecem acompanhados de diferenciação ampliada das assimetrias nos poderes políticos, econômicos, financeiras, sociais. Um bom exemplo disso parece ser a problemática da pobreza mundial, que segue descolada de uma intervenção pública sistêmica e eficiente em todos os países.

Nas nações que mais proliferaram as políticas neoliberais constatam-se os piores desempenhos nos indicadores sociais no mundo. A experiência de países ricos como Estados Unidos e Inglaterra serve de exemplo.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2015/01/taxacao-dos-fluxos-internacionais-de-capital-e--imprescindivel-8655.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/01/2015 - CUT

Terceirização das perícias, trabalhador nas mãos do patrão

Medida Provisória 664 abre brechas para que o empregador interfira na relação entre adoecimento e trabalho

A Medida Provisória 664 – baixada pelo governo federal sem diálogo com as centrais sindicais e que altera diretamente os direitos trabalhistas em relação a auxílio-doença e acidentes de trabalho – abre brechas para a terceirização das perícias médicas. O fato, segundo a secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, Juneia Martins Batista, faz com que as empresas tenham domínio sobre o trabalhador, interferindo na relação entre causas do adoecimento e local de trabalho.

"Abrir as perícias para a iniciativa privada pode gerar problemas que ainda nem são calculáveis", afirma a dirigente. "A saúde é uma questão atribuída ao Estado pela força da Constituição Federal, ela é indelegável. A posição da CUT é que não vamos retroceder em um milímetro do que aquilo a que temos direitos. O governo tem que retirar as medidas provisórias e abrir o diálogo com os trabalhadores", complementa.

A MP 664 inclui o parágrafo 5º no Art. 60 da Lei 8.213/91, apontando que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), "a seu critério e sob sua supervisão, poderá, na forma do regulamento, realizar perícias médicas: I - por convênio ou acordo de cooperação técnica com empresas; II - por termo de cooperação técnica firmado com órgãos e entidades públicos, especialmente onde não houver serviço de perícia médica do INSS". Essa medida entrou em vigor na data da publicação da MP, em 30 de dezembro de 2014.

Caso a empresa mantenha um corpo médico próprio ou contrate empresas de perícias, elas podem realizar o trabalho em nome do INSS, aos moldes do que ocorria na década de 1990. À época, o INSS não conseguia controlar o sistema, gerando mobilizações sociais para que o Estado assumisse essa função.

Para a médica e pesquisadora da Fundacentro de São Paulo, Maria Maeno, o pior cenário é que médicos das próprias empresas, contratados e mantidos por ela, seriam permitidos de realizar perícias. "O médico pago pela empresa agir em lugar do INSS aumenta o controle da empresa sobre a saúde do trabalhador. Isso é gravíssimo, é uma questão que não podemos aceitar".

Auxílio doença

Para a pesquisadora do Fundacentro, há ainda outro problema na MP 664: o aumento de 15 para 30 dias no tempo em que a empresa tem de arcar com o trabalhador que sofre um acidente de trabalho. À primeira vista, parece que a empresa ser responsável por mais tempo de remuneração do trabalhador é positivo para os cofres públicos. Mas, segundo Maria Maeno, o interesse empresarial se sobrepõe ao do trabalhador.

Leia mais em:
http://www.cut.org.br/noticias/terceirizacao-das-pericias--trabalhador-nas-maos-do-patrao-c919/